

A Presença da Componente Populacional Indígena na Demografia Histórica da Capitania de Pernambuco e suas Anexas na Segunda Metade do Século XVIII

Roberto Smith(*)

Resumo

O trabalho apresenta uma análise sistemática das fontes demográficas históricas pesquisadas que cobrem a segunda metade do século XVIII referentes ao território da Capitania de Pernambuco e suas anexas - Paraíba, Rio Grande e Ceará matriz genética da formação do regionalismo nordestino Abrange portanto o período proto-estatístico da análise da demografia histórica assinalado por Marcílio, e se enquadra necessariamente dentro de um referencial mais amplo de tentativa de controle da crise colonial, por parte da Coroa Portuguesa, de 1750 em diante. A análise subjacente ao Diretório e à géo-política pombalina permite estabelecer algumas diferenças significativas entre as capitanias, que evidenciam práticas sociais onde se destaca a importância da componente indígena segregada às vilas e freguesias de índios. O estudo nesse sentido procura contribuir para tornar mais evidente características próprias, diferenciadas e socialmente construídas, de um complexo e obscuro processo de formação de relações sociais de produção e dominação, localizado mais para além, para oeste do território canavieiro da escravidão mercantil.

1 - Enquadramento Geral

O conjunto de informações mais consistentes a respeito da demografia histórica abrangendo a Capitania de Pernambuco e suas anexas data da segunda metade do Século XVIII. Os esforços no sentido da geração e sistematização de informações populacionais se verificam num período em que a Coroa Portuguesa procurou definir uma estratégia política, através de Pombal, de reforço às amarras mercantilistas que vinham se debilitando dentro do panorama geral de crise colonial. A géo-política pombalina tinha também nítidos contornos demográficos. Estes contornos encontravam-se vinculados a ocupação do território e a extirpação definitiva da inserção da ordem dos jesuítas na Colônia, que não se enquadrara no secular controle exercido pela Coroa Portuguesa sobre outras ordens eclesiais. Os jesuítas haviam instalado uma eficiente rede de sustentação econômica, mercantil e escravista, enquistada em bases territoriais e populacionais indígenas.

A economia da região açucareira entrara em crise no último quartel do século XVII. Vinha sofrendo os problemas, tanto da queda de preços do açúcar, quanto da elevação de preços dos escravos face à concorrência dos aportes do tráfico para a mineração do ouro. Durante o século XVIII, a crise perdurou, até que uma recuperação se verificou na última década impulsionada por um conjunto de fatores de ordem internacional, os quais projetariam também o algodão como produto de exportação.

O exercício da ação de salvar almas, e o controle burocrático das relações de desobriga, exercido pelo clero letrado, num mundo iletrado, era uma das facetas de que se valia a Coroa para conjugar os seus interesses com os do clero, na Colônia. A complementação da ação exercida pelo clero, era da alçada dos estamentos militares encarregados tanto do controle territorial e do recrutamento, quanto das amarras econômicas mercantis impostas pela Coroa Portuguesa. Data pois da segunda metade do século XVIII um maior esforço de sistematização e de coleta de informações, que configurariam a maior amplitude e disponibilidade de dados estatísticos, hoje conhecidos e preservados, como sendo de interesse de análise demográfica da Colônia. O período proto-estatístico da análise da demografia histórica assinalado por Marcílio, se enquadra necessariamente dentro desse referencial mais amplo de tentativa de controle da crise colonial, por parte da Coroa Portuguesa, de 1750 em diante.

A partir de então as estatísticas demográficas começam a ser sistematizadas e circunscritas a uma relativa padronização, cuja abrangência é sempre a das Capitanias que compunham a Colônia. Os registros do clero, nesse sentido se integram a essa sistematização e padronização impostas pela Metrópole, cujos levantamentos por paróquias geram séries de dados, com ampla cobertura territorial

(*) Professor do Departamento de Teoria Econômica da FEAAC da Universidade Federal do Ceará. Este texto é parte de pesquisa realizada pelo autor com apoio do CNPq. E mail

Marcílio distingue três sub-períodos dentro da fase proto-estatística, cujas características gerais são importantes para o enquadramento da demografia histórica nesta parcela do nordeste da colônia. O primeiro período pode ser enquadrado entre 1760 e 1797. Neste tem início um processo generalizado na Colônia, dividida segundo as Capitanias, para sistematizar as relações de habitantes das freguesias que as compunham. O segundo período vai de 1797 a 1830, e se inicia com a Ordem Régia de 21 de outubro de 1797 de D. Maria I, que introduz aperfeiçoamentos no processo de recenseamento das populações no Brasil. O recenseamento passa a incorporar um conjunto de informações econômico-mercantis e maior abrangência das informações populacionais. Verifica-se uma perda de espaço dos controles de cunho militar e mercantilista surgidos na época pombalina, em direção a controles de natureza econômica, e produtiva, influenciados pelos impulsos que o liberalismo começava a desencadear. Essa disposição aparece nas recomendações do Conselho Ultramarino português aos capitães-mores no Brasil em 1797, compilado por Marcílio, que transcrevemos a seguir:

“Desejando Sua Majestade que a esta corte cheguem anualmente noções muito exatas, e individuais de cada uma das capitanias do Brasil, foi servida ordenar que se preparassem os mappas que acompanham esta carta, e que os remettersse a VMCE, afim de que se principie um trabalho, por meio do qual se possa chegar ao conhecimento: 1) dos habitantes que existem na Capitania; 2) das ocupações dos mesmos habitantes; 3) dos casamentos anuais, nascimentos e mortes; 4) da importação; 5) da exportação; 6) das produções da Capitania, consumo e exportação das mesmas produções; 7) dos preços correntes dos gêneros; 8) do número dos navios que entram e saem. A estes 8 mappas se ajunta uma instrução para o modo de os formar, a qual com os referidos mappas Vmce comunicará a pessoa ou pessoas incumbidas d’este trabalho”

A base das informações que dariam origem aos mapas consolidados continuava a ser o “fogo” - grupamento doméstico, unidade familiar de produção, o domicílio - a partir do qual eram elaboradas as listas nominais, ainda que as relações fossem feitas, muitas vezes, chamando os moradores às vilas. Os capitães-mores deveriam dispor dos modelos padronizados elaborados na Metrópole para servir de base às listagens. Estes modelos de levantamento censitário tiveram continuidade mesmo após a Independência, mas foram desaparecendo a partir de 1830.

O terceiro período, de 1830 a 1872, caracteriza-se pelo quase abandono das práticas de recenseamento. Os impactos impostos, tanto pela difícil estruturação administrativa do novo Estado independente, quanto pelos embates que caracterizaram os conflitos entre o centralismo absolutista e o localismo a partir de 1830 no período da Regência até 1840, podem explicar este abandono. As dificuldades para a retomada e a estruturação das estatísticas demográficas encontram-se explicitadas no Relatório de Joaquim Norberto de Souza e Silva de 1870 denominado “Investigações Sobre Os Recenseamentos da População Geral do Império e de Cada Província de per si Tentados Desde os Tempos Coloniaes Até Hoje”, e apresentado como “Memória”, anexa ao Relatório do Ministério do Império, apresentado em 1870 pelo titular da pasta, Conselheiro Paulino José Soares de Souza e são retomadas no “Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil”, que integra o Recenseamento do Brasil de 1920. Houveram várias tentativas de retomada de esforços censitários de caráter nacional até a sua objetivação em 1872, que, no entanto, permaneceram frustradas. Isso ocorreu por exemplo através de Decreto Imperial de 1829, e de novo projeto preparado em 1850. Os problemas vinculados ao recrutamento, que se acirraram com a Guerra do Paraguai, criaram obstáculos ao recenseamento. A respeito desta tentativa um funcionário do governo imperial assim se expressa:

“o governo foi autorizado a proceder ao recenseamento geral da população do Império e a estabelecer o registro dos nascimentos e dos óbitos. Sérias dificuldades sobrevieram a sua execução e são conhecidas as tristes scenas que forão theatros as províncias da Parahyba, Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco pela má interpretação que espíritos menos refletido, secundados pela ignorância derão...”.

Contribuiu igualmente para a desestruturação do sistema de arrolamentos censitários a extinção das companhias de milícias da terra, e a substituição dos antigos capitães-mores pelos juizes de paz e chefes de polícia, nas funções atinentes ao censo em cada município. A questão do censo passou a incorporar também a esfera eleitoral - cadastramento de eleitores - sendo bastante desvirtuada pelo localismo e pela falta de universalidade com que se revestia o processo eleitoral.

Alguns presidentes de província no entanto desenvolveram projetos próprios de levantamento demográfico fundamentados em bases técnicas e de qualidade variadas. Esses processos tinham origem na designação de pessoas dotadas de preparo para tal função. Podem ser destacados no Nordeste os censos das províncias de Alagoas em 1856, do Ceará em 1860 pelo senador Thomás Pompeo de Souza

Brazil, e de Pernambuco em 1867.

2 - Análise do Período de 1760 a 1797

O período de 1760 a 1797 da periodização histórica demográfica de Marcílio tem sido pouco estudado em relação ao Nordeste. Nenhuma sistematização das fontes de dados conhecidos abrangendo a Capitania de Pernambuco e suas anexas foi realizada.

O período de análise é importante pelas seguintes razões:

- o processo de ocupação do interior do território das Capitanias se deu através da penetração da pecuária no sertão, como atividade subsidiária da cana-de-açúcar. Foi desencadeado efetivamente a partir das duas últimas décadas do século XVII e início do século XVIII, e sua história enquanto caracterização de abertura de fronteiras pode ser considerado recente em relação ao início dos levantamentos censitários da segunda metade do século XVIII que serão analisados;
- a participação em maior proporção da componente populacional indígena nesta região excêntrica à exploração canavieira, colonizada mais tardiamente, e a sua inserção social no mundo do trabalho compulsório apresentam especificidades que estão a requerer esforços de pesquisa e compreensão, e se encontram muito aquém do conhecimento acumulado nas regiões onde a escravidão negra e a vinculação mercantil foram predominantes ;
- o período de análise capta o processo histórico da desarticulação dos aldeamentos indígenas missionários e seu novo controle imposto pelo Diretório, em consonância com o aspecto anteriormente mencionado. Corresponde a outorga à população indígena de um novo status de “cidadania” (apenas no papel) destinado a legitimar a expansão territorial da colônia portuguesa ;
- o período de análise antecede ao deslanche da inserção mercantil-exportadora da Capitania, no auge da crise colonial e que teria seus reflexos políticos mais visíveis na Revolução Pernambucana de 1817 e na Confederação do Equador.
- por fim os levantamentos populacionais desse período condicionam as estimativas populacionais do século XIX, anteriores ao censo de 1872. Estas se ressentem da ausência de levantamentos censitários, sendo satisfeitas mediante estimativas e projeções genéricas. Nesse sentido um melhor embasamento a partir do século XVIII é importante para a análise.

A partir de 1760, em função da géo-política mercantilista colocada em ação pela Coroa, tanto o clero através dos párocos, quanto os corpos militares foram investidos na tarefa de contar populações. Para tanto a divisão do território imposta pelo clero e sua escala hierárquica, em comarcas, e paróquias por um lado, e por outro lado, a divisão militar e institucional de controle tributário e mercantil da Coroa, dentro de uma hierarquia de cidades, vilas e povoados, em freguesias, foram funcionais para estabelecer as listas nominais e anuais de moradores, tendo por base o “fogo”, ou agrupamento familiar. A experiência anterior da Igreja, cujos párocos estavam encarregados de fazer anualmente o “rol da desobriga” que assinalava a relação de fiéis que cumpriam o preceito pascal, além de registrar batismos, casamentos e óbitos, foi nesse sentido fundamental.

Também os objetivos militares de recrutamento explicitados em vários documentos oficiais da Metrópole foram constatados por Marcílio nesse período como fundantes dos levantamentos populacionais. Contudo, tanto a questão do recrutamento, quanto a questão de povoamento e ocupação de terras, e ainda o exercício de um maior controle tributário e mercantil, todas estas facetas podem ser reunidas no quadro da estratégia mercantilista da Coroa, face à crise colonial e ao confronto expansionista com outras nações, notadamente a revisão dos Tratados de Fronteiras com a Espanha.

Foi desenvolvido um esforço por parte da Metrópole que enviava instruções de como proceder aos recenseamentos para padronizar e assegurar homogeneidade das informações possibilitando a sua consolidação. Nos primeiros levantamentos apenas a população livre era objeto de contagem. A partir de 1770, a ordem foi estendida a todas as pessoas incluindo os escravos. Dos levantamentos conhecidos o de 1763 inclui a população escrava separadamente. Já os levantamentos censitários de 1777 e 1782 da capitania de Pernambuco e suas anexas incorporam os escravos, sem contudo separá-los do restante da população.

As Ordens Régias eram encaminhadas a todas as Capitanias, mas segundo Marcílio, nem todas as atenderam. Acrescente-se que muitos destes documentos foram perdidos.

As listas nominativas dos habitantes de cada freguesia eram enviadas à Secretaria Geral do Governador-Mor de cada Capitania. Aí eram montados os quadros resumidos ou Mapas de população e consolidado o quadro geral - mapa - da população da Capitania. O modelo geral estabelecia uma divisão da população segundo o sexo em 4 classes de estrutura etária por sexo, todas as famílias ou “fogos”, todos os nascimentos durante o ano e todas as mortes durante o mesmo ano. Era dado destaque à longevidade das pessoas, citadas nominalmente. Os critérios norteadores dos intervalos das distribuições etárias destacavam: até 7 anos as crianças do sexo masculino e feminino, que serviam provavelmente ao controle do clero na iniciação das práticas católicas. A classe de idade entre 14 e 50 anos para a mulher faz supor a existência de um critério biológico de reprodução, enquanto que a classe para a população masculina dos 15 aos 60 anos conjugava tanto um critério de natureza econômica de aptidão para o trabalho, quanto um critério de natureza militar. Isto porque nesta faixa, segundo as Ordenações do Reino, os homens deviam pertencer às companhias de milícias da terra. A partir de 1775 as instruções censitárias a respeito das classes de distribuição etária foram modificadas, rebaixando a faixa feminina de 14 a 50 anos, para até 40 anos. Os levantamentos conhecidos e que analisaremos, contudo, não incorporam esta mudança.

3 - A Capitania de Pernambuco e Suas Anexas

As áreas correspondentes a Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará correspondiam na segunda metade do século XVIII ao perímetro da Capitania de Pernambuco, que tinha subordinada a si as Capitânicas Anexas da Paraíba, Rio Grande e Ceará. Alagoas encontrava-se integrada a Pernambuco. Correspondia portanto a região de controle mercantil e colonial exercida a partir da cidade e porto de Recife, único ponto de entrada e saída do comércio monopolizado através da Capitania com a Metrópole.

Dentro desse contexto, um conjunto de informações da segunda metade do século XVIII, reúnem dados integrando as referidas Capitânicas. A organização e vinculação das Capitânicas ao longo do período em que a análise procura focar foi a seguinte: a Capitania do Ceará permaneceu vinculada ou anexa à capitania de Pernambuco até o final do século XVIII. Anteriormente, em 1621, a Coroa desmembrara da administração da Bahia as capitânicas ao norte do Rio Grande, com a criação do Estado do Maranhão e Grão Pará. Até 1656 a capitania do Ceará permaneceu vinculada ao Maranhão, quando passou à subordinação de Pernambuco. Em 1799 tornou-se Capitania de primeira ordem, ainda que suas instâncias judiciais tenham ficado subordinadas à relação da Bahia e, posteriormente, à de Pernambuco até 1821. A Capitania da Paraíba foi anexada à de Pernambuco no final do ano de 1755, e se desvinculou desta também em 1799. A Capitania do Rio Grande esteve vinculada à Bahia até 1701, e a partir daí transferida à administração de Pernambuco até 1821 quando se tornou autônoma. As Províncias foram criadas após a Independência.

4 - As Fontes de Dados para o Período de 1760 a 1779

Passamos em seguida a referenciar as fontes históricas levantadas e que serviram de base de dados de natureza demográfica para a análise dentro do sub-período que vai de 1760 a 1779, do período proto-histórico da classificação adotada por Marcílio. Durante a análise as referências às fontes serão feitas a partir dos códigos dados às mesmas.

F1 - A primeira fonte de informação sistematizada a respeito de população da Capitania de Pernambuco, incluindo entre as demais anexas, a Capitania do Ceará, data dos anos 1762-1763 e encontra-se contida no “Mappa Geral dos Fogos, Filhos, Filhas, Clérigos, Pardos, Forros, Agregados, Escravos, Escravas, Capelas, Almas, Freguesias, Curatos e Vigários; com declaração do que pertence a cada termo, total de cada Comarca, e geral de todas as Capitânicas de Pernambuco, Paraíba, Rio grande e Ceará; extraído no estado em que se achavam no anno de 1762 para 1763; sendo Governador e Capitão General das sobreditas capitânicas Luís Diogo Lobo da Silva”. A fonte F1 inclui também o “Mappa geral das 17 vilas e 8 lugares (de índios) que se tem erigido na Capitania de Pernambuco e

suas anexas de 20 de Maio de 1759 té o ultimo de Agosto de 1763, das antigas Aldeas, e diversos Índios brabos dispersos, em vertude das Ordens Régias com declaração das Almas que compriendem, cazaes, Praças que constituem as Companhias da Milícia que nellas se formarão, rapazes que andarão nas escolas aprendendo a ler, escrever e officios: raparigas nas mestras de fiar cozer tecer e fazer renda, mossos solteiros e rapazes de hum e outro sexo, pobres dos mesmos, e escravos. Rendimento dos dízimos socídio das carnes ganho que tiverao os moradores pelo seu trabalho no referido tempo, gado cavalar vacum e de lam, com que se achavão as expostas villas, lugares té o ultimo de Agosto de 1763, em q. Luiz Diogo Lobo da Silva passou do Governo de Pernambuco p^a o da Minas geraes.” Inclui ainda um “Mappa de toda a Infantaria, Artelharia paga e Auxiliares de pé e cavalo, Pardos, Henriques, e Ordenanças de pé, Índios e Quinto de negros Cativos, que constituem as forças e defeza da Capitania de Pernambuco”.

F2 - A segunda fonte de informação, tem por base o rol da desobriga para os dados desagregados relativos a Capitania de Pernambuco e Anexas. Encontra-se contida no Relatório, denominado “Idea da População da Capitania de Pernambuco e das Suas Annexas, Extensão de Suas Costas, Rios e Povoações Notaveis, Agricultura, Numero de Engenhos, Contractos e Rendimentos Reaes, Augmento Que Estes Tem Tido Desde O Anno De 1774 Em Que Tomou Posse do Governo das Mesmas Capitancias O Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes.” foi publicado nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume XL de 1918, editado em 1923. A base dos dados coletadas a partir das relações da desobriga é variável no tempo, quando conhecida. Para a Capitania do Ceará as informações contidas tem por base relações dos anos de 1763, 1765 e 1766. Para a Capitania do Rio Grande do Norte, as relações utilizadas, quando explicitado o ano, são de 1775. Para a Paraíba, as relações utilizadas são todas de 1774. As informações relativas a Capitania de Pernambuco, na sua maior parte, não apontam o ano das relações. Para alguma freguesias de Pernambuco, no entanto, inclusive aquelas da Comarca de Manga, as relações fazem referência ao ano de 1774 e 1777. As magnitudes dos dados, por freguesia e vila, em F2 são distintas e inferiores do que aquelas presentes na fonte F4, referenciados provavelmente em levantamento de 1776. Considerando a similitude de procedimentos entre Paraíba e Pernambuco, provavelmente as relações sem data de Pernambuco poderiam estar referenciadas em torno do ano de 1774.

F3 - A terceira fonte de informações é a “Relação de todas as igrejas parochiaes que pertencem ao Bispado de Penambuco dividido em capitancias; as distancias das freguesias, suas capellas alem das matrizes, o número dos sacerdotes, que nellas existem, alem dos parochos, seos fogos, e as pessoas de dezobriga, por mandado de El Rey Nosso Senhor. D. Thomaz, Bispo de Pernambuco, Olinda, 19 de fevereiro de 1777. A.H.U., Caixa de Pernambuco nº 65.

Este documento foi enviado à Secretaria dos Negócios do Reino, em atenção à Ordem Real de 18 de setembro de 1776. O ano em que se encontra centrado o levantamento da desobriga não é precisado, mas uma análise de seus dados desagregados por freguesias evidencia uma transposição das informações constantes na fonte F2, para todas as Capitancias, sendo que em algumas freguesias as populações, e o número de fogos são diferentes para mais e para menos. Esta fonte F3, no entanto, deve ser considerada distinta da fonte F2 por incorporar um volume de informações (em torno de 20%) diferentes, extraídas de relações de anos diferentes. Além do mais a fonte F3 destaca avaliações do clero a respeito da disposição e falta de padres nas áreas que compõem a Capitania. Contudo no restante, trata-se basicamente de uma superposição das informações da fonte F2 contidas no Relatório “Idea de População...”. Em termos absolutos os dados populacionais e de fogos não coincidentes com os de F2, situam-se num patamar mais elevado, ainda que seja possível assinalar alguns rebaixamentos. Isto independente de erros, desvios e mesmo lacunas observáveis em torno de uma mesma magnitude populacional afetando algumas freguesias. Portanto, naquilo em que F3 é distinto de F2, é possível considerar que o ano base geral das informações é anterior ao das relações de 1777, levantadas durante o ano de 1776, e presentes, como veremos, em F4. José Ribeiro Jr. ao analisar a relação média de pessoas de desobriga por fogo da Capitania inferior a 4, conclui que a população escrava não foi incorporada a este censo. Esta hipótese será por nós adotada, e remetida por consequência à fonte F2.

F4 - A quarta fonte de informações é o “ Mapa Que Mostra O Número Dos Habitantes Das Quatro Capitancias Deste Governo, A Saber, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ciará” datado de Recife, 30 de Setembro de 1777. A.H.U., Caixa de Pernambuco nº 70, pesquisado por M. Sylvia Porto Alegre. Este Mapa encontra-se referenciado no transcorrer do ano de 1776, incluindo os nascidos e falecidos neste ano. Por se tratar de um Mapa consolidado, que não inclui um roteiro descritivo, tais como F2 e F3, não é possível analisar se os dados desagregados por comarcas, freguesias, vilas e povoações provém de relações de mesma base anual, ainda que, como foi reiterado, haja especificação dos nascimentos e mortes durante o transcorrer do ano de 1776.

F5 - A quinta fonte de informações utilizada, encontra-se também no já referido Relatório do Governador Jozé Cézar de Menezes, “*Idea de População da Capitania de Pernambuco e suas Anexas*”, que incorpora detalhadas informações populacionais, contidas no “*Mappa dos Habitantes da Comarca de Pernambuco Dividida Pelas Classes Abaixo em Virtude da Ordem de Sua Majestade*”. Estes dados demográficos foram extraídos das Relações dos Párocos ao redor do ano de referência de 1782. Tanto o Mapa de 1777, datado de 30 de setembro - F4, quanto o de 1782 - F5, não incluem a Comarca de Manga, situada nas margens do rio S.Francisco. Já as fontes anteriores, F2 e F3 incluem as informações referentes a Comarca de Manga, e constituem neste caso, como já afirmamos, um único referencial, que tem por base um ano que não o de 1777 como afirma a fonte F3. Isto porque tanto F4 quanto F5 deixam de incluir as freguesias da Comarca de Manga, com nota informativa a respeito da dificuldade imposta pela distância e falta de contato, advertindo que seria mais fácil consolidar as informações através da Bahia. Portanto F2 e F3 completam todas as Comarcas que constituem a Capitania de Pernambuco, e F4 e F5 não incluem a Comarca de Manga.

A nosso entender, os Mapas que constituem a quarta e quinta fonte assinaladas, isto é F4 de 1777 e F5 de 1782, são distintos. Ainda que as magnitudes consolidadas das populações das capitanias sejam bastante aproximadas, as estruturas demográficas, de distribuição etária, de mortalidade e natalidade, por freguesia, são diferentes, ainda que em termos consolidados sejam semelhantes, ao serem submetidas a teste estatístico. Já os mapas da segunda e terceira fontes, de 1765 e 1777 podem ser considerados os mesmos, por terem em grande parte, cerca de 80%, de informações coincidentes. É certo que ambos os mapas, de F2 e F3 não incluem a população escrava das Capitanias.

O que se constata da montagem dos mapas consolidados segundo comarcas freguesias e vilas, em atendimento às solicitações Régias, é que o fechamento e consolidação dos mesmos, enquanto tabelas de dupla entrada, acabava incluindo heterogeneidades temporais resultantes da integração de relações de freguesias, de anos diferentes, que serviam para preencher a falta de informações localizadas e ao mesmo tempo atender à demanda de informações da Metrópole. É possível que freqüentes lacunas e omissões da data do rol de desobriga tivessem a finalidade de não despertar a atenção para o fato. Em alguns Relatórios esta heterogeneidade vem explicitada. Noutros não se tem conhecimento do ano de referência, ainda que os levantamentos devessem ser anuais segundo expressava o desejo da Coroa.

Estas referidas fontes expõem portanto uma sucessão temporal de levantamentos demográficos cobrindo os anos que vão de 1763 a 1782, e cuja rota analítica é coberta de percalços, dados os problemas de várias ordens que costumam estar presentes nestes levantamentos censitários, e que de certa forma inibem a possibilidade de análises conclusivas. É necessário assinalar que dentro das condições da época, os levantamentos para fins de controle do clero não eram homogêneos e sofriam interferências de outros fatores, inclusive de interesse dos vigários, de comum acordo com os capitães-mores, em diminuir a população, para desta forma obstarem a divisão das freguesias.

Apesar disso, as capitanias que integram Pernambuco neste período permitem encaminhar algumas análises comparativas apontando em duas direções:

1. os efeitos distintos decorrentes do tráfico e da escravidão negra, contrapondo Pernambuco e Paraíba que apresentam parte de suas áreas, fortemente estruturadas dentro da prática do trabalho escravo, a Ceará e Rio Grande onde a escravidão encontra-se presente em menor escala, mas não destituída de importância;
2. os efeitos distintos decorrentes da maior influência da componente demográfica da população indígena, em áreas vinculadas apenas de forma indireta à economia mercantil escravista, mas em presença do trabalho compulsório indígena .

A caracterização das populações indígenas corresponde aos índios aldeados em freguesias e vilas de índios abarcados após as transformações impostas pelo Diretório. A fonte F2 classifica as populações indígenas em termos lingüísticos genéricos distinguindo os da língua geral (tupi-guarani) e os da língua travada. O estágio de miscigenação dessas populações é desconhecido, mas é possível supor que fosse elevado.

No capítulo seguinte, será feita a organização dos dados demográficos da Capitania de Pernambuco e suas anexas, com a finalidade de esboçar alguns encaminhamentos analíticos.

5 - Análise Demográfica da Capitania de Pernambuco e suas Anexas

5.1 Síntese dos Dados Populacionais do Século XVIII

Uma síntese da evolução populacional da Capitania de Pernambuco e suas Anexas na segunda metade do século XVIII pode ser observada no quadro a seguir. O período abrangido encontra-se delimitado pela fonte F1, referenciada entre 1762-63 e a fonte F5, referenciada em 1782.

Quadro nº 5.1

1762-1782: População da Capitania de Pernambuco e Suas Anexas Segundo as Fontes Pesquisadas

Capitania	Fontes Pesquisadas				
	F1(1)	F2(2)	F3(3)	F4(4)	F5(5)
Pernambuco	90.109	156.918	168.948	226.248	229.743
Paraíba	39.158	30.305	35.262	51.169	52.468
Rio Grande	23.305	21.407	14.214	24.347	23.812
Ceará	17.010	34.181	36.649	61.474	61.408
Total	169.582	242.811	255.109	363.238	367.431

(1) Fonte: Mapa do Governador Luis Diogo Lobo da Silva, de 1762-1763.

(2) Fonte: in Relatório do Governador Jozé Cézar de Menezes, 1767.

(3) Fonte: Relatório do Bispo D. Thomás, de 18 de Setembro de 1777, s/data reproduzido sobre a fonte de 1767, com alterações em algumas freguesias.

(4) Fonte: Mapa de 30 de setembro de 1777, relativo a 1776.

(5) Fonte: in Relatório do Governador Jozé Cézar de Menezes, Relação de 1782

As fontes de dados populacionais, não se encontram estruturadas dentro de mesmos critérios de conteúdo e uniformidade temporal. Quando o ano do rol de desobriga de uma freguesia encontra-se explicitado, isto torna possível classificá-lo objetivando a construção de uma série temporal. Mas, nem sempre a referência ao ano é explicitada. Pelas magnitudes observáveis tenta-se então enquadrar a população dentro de um intervalo possível. Constata-se ainda no período analisado, algumas transferências da vinculação de freguesias entre as Capitânicas, afetando mais Pernambuco e Paraíba, e em menor escala Paraíba e Rio Grande do Norte. A Capitania do Ceará apresenta os seus contornos mais estabilizados, a não ser a parcela relativa à freguesia de Crateús que se encontrava vinculada à capitania do Piauí. Outro aspecto importante a ser levado em consideração é o de que as fontes F2 e F3 não incluem a população escrava. Sabe-se que a instrução da Coroa no sentido de incluírem-se os escravos nas relações data de 1770. As fontes F4 e F5 assim procederam. O Quadro seguinte procura desagregar temporalmente os dados, numa tentativa de explicitar uma série temporal. Não incorpora nenhuma elaboração, ou ajuste, que provoque alteração nos dados originais das fontes. Como veremos, este procedimento será realizado em seguida na tentativa de estabelecer alguma padronização, e preenchimento de lacunas que ensejem auxiliar a análise.

Quadro nº 5.2

1762-1782: Distribuição Temporal da Evolução da População da Capitania de Pernambuco e Suas Anexas Segundo as Fontes Pesquisadas

Capitania	1762-63	1763-67	1774	1763-75	1775	1777	1782
	F1	F2	F2	F3	F2	F4	F5
Pernambuco	90.109		156.918	168.948		226.248	229.743

Paraíba	39,158		30.305	35.262		51.169	52.468
Rio Grande	23.305			14.214	21.407	24.347	23.812
Ceará	17.010	34.181		36.649		61.474	61.408
Total	169.582			255.109		363.238	367.431

F1- Fonte: Mapa do Governador Luís Diogo Lobo da Silva, de 1762-1763.

F2- Fonte: in Relatório do Governador Jozé Cézar de Menezes, 1767.

F3- Fonte: Relatório do Bispo D. Thomás, de 18 de Setembro de 1777, reproduzido sobre a fonte de 1767, com alterações em algumas freguesias.

F4- Fonte: Mapa de 30 de setembro de 1777.

F5- Fonte: in Relatório do Governador Jozé Cézar de Menezes, Relação de 1782.

A participação da população escrava na Capitania de Pernambuco e suas anexas é evidenciada apenas na fonte F1 de 1762-63. As fontes F2 e F3 não incluem a população escrava, e as fontes F4 e F5 em atendimento a Ordenação Régia, passam a inclui-la, sem, contudo, separá-la do total. O Quadro 5.3 apresenta a composição da população caracterizada por livres e escravos no ano de 1762-63.

Quadro 5.3

F1: 1762-1763 População Livre e Escrava da Capitania de Pernambuco e Anexas

Capitania	Livres	%	Escravos	%	Total
Pernambuco	66.810	74	23.299	26	90.109
Paraíba	29.865	76	9.293	24	39,158
Rio Grande	18.806	81	4.499	19	23.305
Ceará	14.882	87	2.128	13	17.010
Total	130.363	77	39.219	23	169.582

Fonte: F1

As magnitudes populacionais originais das fontes passam a ser corrigidas mediante:

- a incorporação nas magnitudes populacionais das fontes F2 e F3, de uma estimativa da população escrava, obedecendo ao critério de que é mantida a mesma proporção de escravos por Capitania, observada na fonte F1.
- o acréscimo da população da Comarca de Manga , em F4 e F5 (que não a inclui), tomando por base a população desta Comarca observada em F2, com a hipótese de que a mesma se manteve constante (14.722 pessoas). Este ajustamento tenderá a normalizar a série temporal com respeito às fontes disponíveis cobrindo o período estudado.
- a introdução de algumas correções na População Ajustada da Capitania, afetando as fontes F4 e F5. As correções foram procedidas em F4, na freguesia de índios de Arronches (Ce) e em F5 nas freguesias de Penedo (Pe) e Icó (Ce). Todas as correções tem por base a constatação de inconsistências nos dados de populações femininas adultas que chegam a alterar os quadros de estatísticas vitais. Nas análises que se seguem, onde os valores absolutos não são importantes, optou-se por extirpar os dados dessas freguesias.

O resultado de tais procedimentos aparecem no Quadro 5.4. que é pois uma síntese construída e ajustada a partir das fontes de dados disponíveis e conhecidos abrangendo a Capitania de Pernambuco e suas anexas no intervalo entre os anos de 1763 a 1782.

Quadro nº 5.4

1762-1782: População Ajustada e Corrigida da Capitania de Pernambuco e Anexas

Capitania	1762-63 F1	1763-67 F2	1774 F2	1763-75 F3	1775 F2	1777 F4	1782 F5
Pernambuco	90.109		212.051	228.357		240.647	241.722
Paraíba	39.158		39.875	46.397		51.169	52.468
Rio Grande	23.305			17.548	26.428	24.347	23.812
Ceará	17.010	39.289		42.125		56.974	59.608
Total (1)	169.582			334.427		373.137	377.610

A rigor a soma de F1 e F3 são meramente indicativas, pois os dados se situam dentro do intervalo temporal das informações que compõem as referidas fontes.

5.2 Relação entre População e Fogos

O Quadro 5.5 relaciona o número médio de habitantes por fogo. É sabido que esta média é impulsionada para cima em regiões escravistas. Este aspecto é perceptível no quadro, e a análise fica mais evidente na medida em que as fontes F2 e F3 passaram a embutir uma estimativa da população escrava. Tanto a presença da escravidão, quanto a dos aldeamentos indígenas submetidos a tutela do Diretório, impedem a admissão das médias de habitantes por fogo como indicadores de tamanho médio da família. As práticas sociais então vigentes afetam as inferências a respeito do tamanho das famílias. Observa-se que a estrutura de habitantes por fogo na Capitania do Rio Grande, não se encontra bem correlacionada tanto em relação ao padrão mostrado em F1, quanto em relação à sua menor importância enquanto área escravista comparativamente a Pernambuco e Paraíba. Uma análise mais detalhada da média do número de habitantes por fogo nas suas freguesias aponta duas, mais especificamente: S. João Batista das Várzeas e Paus de Ferros com elevada média de habitantes por fogo, da ordem de 10,43, responsável pela elevação da média observada nesta Capitania. Uma possibilidade é a da ocorrência de um erro na contagem de fogos para menos, tanto em F2, quanto em F3. Corrobora neste sentido a média observada para as duas freguesias pela fonte F3, que é de 5,13 habitantes por fogo. Outra possibilidade, é a de que a população escrava, que era da ordem de 19% da população em 1762-63, já estivesse computada na fonte F2, ao contrário das demais Capitânias. O número de habitantes por fogo é bastante elevado nas áreas mais propícias à agricultura da Capitania. A respeito da freguesia de N. Sra. da Conceição de Paus dos Ferros, há a seguinte referência:

“ Esta freguesia...a qual he famozíssima, e a melhor das plantas, digo, de plantar que tem a Capitania...”

Se os escravos já estiverem computados nos números da Capitania, a relação habitantes por fogo seria da ordem de 4,82. De qualquer forma os dados se revelam consistentes tanto com a média de habitantes por fogo encontradas nesta época no Brasil, em torno de 5,0, quanto na sua correlação direta com a importância da composição da população escrava no total da população.

Quadro nº 5.5

Relação de Habitantes Por Fogo na Capitania de Pernambuco e Suas Anexas Segundo as Fontes Pesquisadas e Ajustadas

Capitania	1762-63 F1	1763-67 F2	1774 F2	1763-75 F3	1775 F2	1777 F4	1782 F5
Pernambuco	5,39		5,69	5,66		-	-
Paraíba	4,66		4,25	4,82		-	-
Rio Grande	4,18			5,22	5,95	-	-
Ceará	4,04	4,06		4,29		-	-

Relação Média	4,86			5,27		-	-
----------------------	-------------	--	--	-------------	--	----------	----------

A população presente nas freguesias e aldeias de índios, em geral correspondem às áreas de concentração de índios de aldeamentos anteriormente estruturados por ordens religiosas principalmente a dos jesuítas, e que passaram para a órbita de controle do Diretório a partir de 1755. A população englobada nas freguesias e aldeias de índios não espelha exatamente o contingente populacional de índios. Algumas freguesias consideradas como “freguesias de índio” são exclusivamente de índios, outras não, aparecendo a denominação do restante da população como sendo de portugueses. Neste caso pode ocorrer que a população e o número de fogos de índios e de portugueses se apresentem de forma dissociada como se verifica em algumas freguesias, ou não dissociados. Além disso um contingente de índios aculturados encontra-se integrado nas demais freguesias principalmente como componentes das milícias. A esse respeito na descrição da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação e Vila de Bom Sucesso do Porto Calvo, Capitania de Pernambuco, na fonte F2, consta a seguinte passagem:

“ ... desta Villa distancia de seis legoas ao Norte, esta o Arraial de Jacóipe, que actualmente consta (1777) a sua Infantaria de hum Alferes, dous sargentos, quatro Cabos de Esquadra, doze soldados brancos, e quarenta Índios de Nação Careri.”

Outras referências de mesmo teor são detectadas na fonte analisada. A população de militares, eclesiásticos e índios não aculturados não era parte integrante da contabilidade das relações censitárias. A fonte F1, nesse sentido, como veremos, é uma exceção. Segundo essa fonte entre 1759 e 1763, 21,4% de toda a população de índios contabilizada na Capitania de Pernambuco e Anexas fazia parte das milícias, dispostas em 121 Companhias. Já o “Mappa de toda a Infantaria, Artelharia”, levantado na passagem do governo da Capitania de Luiz Diogo Lobo da Silva entre 1762 e 1763 faz referência a 24 Corpos de milícias, compondo 146 Companhias num total de 7.328 índios de 24 vilas e lugares de índios. Este número é maior do que o que consta no Mappa da fonte F1: 5.629 praças em 17 vilas e 8 lugares de índios. As Companhias de Índios eram as que reuniam o maior número, e o segundo contingente militar da Capitania, superada apenas pelas Companhias de Ordenanças.

Em 4 de Abril de 1741 o rei de Portugal enviou carta ao Governador e Capitão-mor de Pernambuco, o qual enviou cópia às Capitánias anexas, cujo teor expõe que “devido a desavenças entre os índios e moradores, entre o Capitão-mor do Ceará e o Ouvidor e os quatro padres da Companhia de Jesus, que eram missionários das Aldeias daquele distrito, e devido às cartas enviadas pela Câmara do Ceará e Vila de Aquiraz e pelo provincial dos Jesuítas, o Rei decidiu naquela data mandar reduzir às suas aldeias os índios que estavam dispersos, e que os missionários não os poderiam negar para o trabalho dos moradores”. Ordenava ainda que o cultivo ficasse restrito dentro da área concedida de uma légua em quadra. No caso de aldeias onde a terra fosse insuficiente para o tamanho da população, ordenava que fossem ouvidos os Oficiais da Câmara para que lhes concedessem mais terra.

As informações mais agregadas para toda a capitania de Pernambuco e anexas, de que se dispõe a respeito da população indígena aldeada data do período entre 1759 e 1763, da fonte F1, em seguida expostas no Quadro 5.6. A população indígena nessas vilas e aldeias correspondia a 15,4% da população da Capitania e anexas.

Quadro 5.6

Capitania de Pernambuco e Anexas: Mapa Geral das 17 Vilas e 8 Lugares de Índios Levantado entre 1759 e 1763

Vilas que se erigiram de diversas Nações de Índios	17
Lugares que se estabeleceram de outras Nações de Índios	8
Número de casais que compreendem todos os 25 estabelecimentos	6.327
Número de almas que continham todos os 25 estabelecimentos	26.047
Número de Praças	5.629
Número das Companhias	121
Número de rapazes que andavam nas escolas	1.202

Número de rapazes que aprendiam ofícios	54
Número de raparigas que aprendiam a fiar, cozer, tecer e fazer renda	725
Rapazes e moços solteiros de um e outro sexo	5.111
Pobres de um e outro sexo	29
Ausentes de diversas idades e sexos	688

Fonte: F1

Quadro nº 5.7

População das Freguesias e Aldeias de Índios e Sua Participação Relativa na População Total Ajustada das Capitânicas, Segundo as Fontes F1, F2, F3, F4, e F5.

Capitania	F1	%	F2	%	F3	%	F4*	%	F5	%
Pernambuco	-	-	5.157	2,4	4.050	1,8	8.519	3,8	8.512	3,7
Capitania	-	-	3.346	8,4	4.984	10,7	5.182	10,1	5.050	9,6
Rio Grande	-	-	5.769	21,8	5.571	31,7	8.549	35,1	8.182	34,3
Ceará	-	-	8.535	21,7	12.105	28,7	12.655	22,2	13.244	21,6
Total	26.047	15,4	22.807	7,2	26.710	8,0	34.905	9,3	34.988	9,5

(*) Em F4, Capitania do Ceará foi procedido a ajuste na população de Arronches por motivo de erro de consistência. Pelo original de F4 a população é 17.155, correspondendo a 27,9% da população da capitania do Ceará, elevando a participação média a 10,8%

Os habitantes em aldeias e freguesias de índios constituem um estimador da importância da população indígena no contexto de cada Capitania. As fontes F2 a F5 permitem conhecer essas populações. É bastante provável no entanto que os índios servindo nas Milícias estejam sendo computados apenas pela fonte F1, o que implica numa subestimação da população de índios apresentada pelas fontes F2 a F5, como é possível perceber no Quadro 5.7, onde a sua participação relativa cai de mais de 15% para 8 a 9%.

Dessa forma é possível constatar a importância da componente indígena nas populações excêntricas à região canavieira formadas pelas capitânicas do Rio Grande e Ceará. A população indígena de Pernambuco e Paraíba encontra-se em parte, fora da região canavieira litorânea.

O Quadro nº 5.8 evidencia a relação de habitantes por fogo nas aldeias e freguesias de índios. A relação observada nas aldeias e freguesias de índios é sensivelmente inferior à relação média envolvendo toda a população nas quatro capitânicas.

Revela como as estruturas familiares dos índios encontravam-se afetadas pelo recrutamento militar, pelas relações sociais impostas pelos jesuítas e posteriormente modificadas pelo Diretório como um fenômeno de afetação demográfica recente. Isto como decorrência do controle e tutela dos jesuítas e depois dos Diretores, acoplados ao trabalho compulsório dos índios para os “moradores”. Os conflitos em torno da terra e do trabalho compulsório, segundo Porto Alegre, levava a que os índios homens se evadissem das aldeias de índios, para escapar aos rigores das prisões, castigos, recrutamento e maltratos. A constatação, como veremos em seguida, da baixa razão de masculinidade, e de um “buraco” na distribuição etária masculina na faixa de idade de 15 a 60 anos, nas aldeias e freguesias de índios, ampara a conclusão acima. Contudo não apenas o recrutamento e a evasão mas também a mortalidade masculina pode encontrar-se subjacente à baixa razão de masculinidade e alteração no perfil da distribuição etária masculina da população indígena, notadamente na Capitania do Ceará.

Quadro nº 5.8

Relação de Habitantes por Fogo nas Vilas e Freguesias de Índios da Capitania de Pernambuco e Anexas Segundo as

Fontes Pesquisadas

CAPITANIAS	1763-67 F2	1744 F2	1763-75 F3	1775 F2
Pernambuco		2,25	2,21	
Paraíba		2,12	2,50	
Rio Grande			3,61	3,40
Ceará	2,59		3,51	

Fontes: F2 e F3.

A forte presença indígena e miscigenação indígena no Ceará e no Rio Grande do Norte exercem influência nas variáveis demográficas observadas. Estes aspectos ficarão mais esclarecidos ao se analisar a razão de masculinidade, distribuição etária, taxas vitais, e razão de dependência, das populações indígenas em confronto com as populações gerais das capitanias.

5.3 Distribuição da População por Sexo e Razão de Gênero

Serão em seguida analisadas a distribuição segundo o sexo das populações, bem como a razão de gênero, ou proporção entre sexos expressa pela quantidade de homens para mil mulheres. São procedidas a separações analíticas de populações referentes a freguesias ou aldeias de índios, bem como de um conjunto escolhido de freguesias em Pernambuco onde havia concentração de engenhos, e portanto de atividade canavieira que se vinculava ao trabalho escravo, de forma mais intensa naqueles espaços. Os quadros 5.9 e 5.10 mostram a distribuição das populações por sexo, nas capitanias, de acordo com a fonte F1.

Observa-se uma desproporção de sexos, com preponderância do sexo masculino em todas as capitanias. A razão de gênero é acentuada com a presença da escravidão como decorrência dos padrões impostos pelo tráfico. Uma comparação da razão de gênero entre a população negra e parda, escrava e alforriada coloca em destaque a influência do tráfico que pode ser observada nos índices da população negra e escrava que reúne o maior contingente de africanos. Evidencia também que a manumissão afetava mais a população feminina.

Quadro 5.9

1762 - 1763: - Distribuição da População Livre e Escrava Segundo o Sexo e Razão de Gênero

Capitanias	População Masculina			População Feminina			Razão de Gênero		
	Total	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos
Pernambuco	49.630	34.640	14.990	39.038	30.729	8.309	1.271	1.127	1.804
Paraíba	21.980	15.826	6.154	16.366	13.227	3.139	1.343	1.196	1.960
Rio Grande	13.176	10.067	3.109	9.589	8.199	1.390	1.374	1.228	2.237
Ceará	9.291	7.932	1.359	7.356	6.587	769	1.263	1.204	1.767
Total	94.077	68.465	25.612	72.349	58.742	13.607	1.300	1.166	1.882

Fonte: F1. Não foi computada a população de "agregados" e "clérigos" por não haver especificação do sexo. Perfazem 3.156 habitantes em todas as capitanias.

Quadro 5.10

**1762 - 1763: - Comparação da Razão de Gênero da População
Parda e Negra, Escrava ou Alforriada (Homens por 1.000
Mulheres)**

Capitania	Escravos		Livres (Forros)	
	Pardos	Negros	Pardos	Negros
Pernambuco	891	2.160	820	1.452
Paraíba	649	2.112	1.054	939
Rio Grande	703	2.429	897	1.208
Ceará	851	2.138	874	1.308
Total	852	2.178	859	1.276

Fonte: F1

O Quadro 5.11 mostra a distribuição das populações, segundo o sexo, nas capitanias, de acordo com as fontes F4 e F5, bem como, a razão de gênero - RG calculada através do quociente entre a população masculina maior de 14 anos e a população feminina maior de 14 anos. Nesse caso foi procedido a um ajuste linear na classe de idade masculina de 15 anos e mais, para uniformizá-la com a classe de idade feminina de 14 anos e mais.

$$RG = [M > 14 / F > 14] \times 1.000$$

Quadro 5.11

1777 e 1782: - Distribuição da População Segundo o Sexo e Razão de Gênero

Capitania	Masculino		Feminino		R.G.	
	1777	1782	1777	1782	1777	1782
Pernambuco	112.830	114.737	113.418	114.976	960	1.028⁽¹⁾
Paraíba	26.182	28.057	24.987	24.411	1.090	1.205
Rio Grande	12.827	12.805	11.520	11.727	1.161	1.015
Ceará	29.615	29.841	31.859	31.567	1.158⁽²⁾	1.033⁽³⁾
Total	181.454	184.720	181.784	182.681	981	1.021

Fonte: F4(1777); F5(1782). (1) foram extirpados os dados inconsistentes de Penedo. (2) foram extirpados os dados inconsistentes da freguesia de índios de Arronches. (3) foram extirpados os dados inconsistentes de Icó.

Nas aldeias de índios na Capitania do Ceará a razão de masculinidade (R.G.) é significativamente mais baixa do que a razão calculada para toda a capitania tanto em 1777 quanto em

1782, como pode ser acompanhado na tabela a seguir que indica o número de homens com 14 anos e mais para mil mulheres com 14 anos e mais.

Ceará	Populaçã o Total	Freguesia de Índios
R.G. - 1777	1.142	861
R.M. - 1782	1.014	931

5.4 Distribuição Etária

O Quadro 5.12 apresenta as distribuições etárias das populações masculina e feminina das Capitanias, normalizadas. A análise das estruturas demográficas segundo as faixas etárias entre os anos de 1777 e 1782, que correspondem às fontes aludidas, permite afirmar que as mesmas são bastante semelhantes. A análise comparativa das distribuições etárias entre os dois anos, tanto para a população masculina quanto para a feminina, submetidas o teste exato U de Mann-Whitney, a um nível de significância de 5% conclui que não se pode rejeitar a hipótese nula, isto é, de que as distribuições masculina e feminina entre 1777 e 1782 sejam semelhantes. Isso significa que não se constata alterações significativas nas estruturas etárias masculina e feminina das capitanias, quando comparadas entre os dois anos.

No entanto a comparação entre as estruturas etárias de Pernambuco e Ceará, tanto para o ano de 1777, quanto para 1782, submetidas ao teste U de Mann Whitney, a um mesmo nível de significância, mostra que as distribuições da população masculina de Pernambuco e Ceará, não podem ser consideradas semelhantes. Já as distribuições das populações femininas destas Capitanias submetidas ao mesmo teste levam a que se aceite a hipótese de existência de semelhança entre elas, para os dois anos

Quadro 5.12

1777 e 1782: Distribuição Etária Normalizada da População Masculina e Feminina

Capitanias	Distribuição Etária Masculina (por 1.000 homens)					Distribuição Etária Feminina (por 1.000 mulheres)				
	0-7	7-15	15-60	60e+	Soma	0-7	7-14	14-50	50e+	Soma
Pernambuco										
1777(*)	232	188	516	64	1.000	221	154	477	148	1.000
1782	230	174	510	86	1.000	224	167	467	142	1.000
Paraíba										
1777	229	178	495	98	1.000	219	190	440	151	1.000
1782	213	183	457	147	1.000	191	212	447	150	1.000

Rio Grande										
1777	262	183	494	61	1.000	268	178	442	112	1.000
1782	283	208	457	52	1.000	273	184	409	134	1.000
Ceará										
1777(*)	270	207	474	49	1.000	280	200	433	87	1.000
1782(*)	282	215	443	60	1.000	259	190	403	148	1.000
Total										
1777	240	189	504	67	1.000	227	168	472	133	1.000
1782	239	184	488	89	1.000	229	178	449	144	1.000

Fonte: F4(1777); F5(1782). (*) inclui correções nas freguesias de Arronches, Icó e Penedo.

Uma análise comparativa entre as distribuições etárias de Pernambuco e Ceará, mostra que esta última Capitania apresenta tanto em 1777 quanto em 1782 uma estrutura, para ambos os sexos, mais larga na base, e mais estreita no topo do que a de Pernambuco. Isso significa que a Capitania do Ceará apresenta em termos relativos um contingente maior de pessoas, do sexo masculino e feminino, situado nos estratos de idade mais jovens, até M<15 e F<14 anos. Em contraposição Pernambuco possui proporcionalmente uma população maior nos estratos M>15 e F>14. Isto pode ser percebido na distribuição etária acumulada por faixas de idade exposta em seguida.

Quadro nº 5.13

1777 e 1782: Comparação da Distribuição Etária Por Gênero, Normalizada e Acumulada das Capitânicas de Pernambuco e Ceará

Capitânicas	Distribuição Etária Masculina Acumulada (1.000 homens)				Distribuição Etária Feminina Acumulada (1.000 mulheres)			
	<7 anos	<15 anos	<60 anos	Soma	<7 anos	<14 anos	<50 anos	Soma
Pernambuco								
1777	232	420	936	1.000	221	375	852	1.000
1782	230	404	914	1.000	224	391	858	1.000
Ceará								
1776	270	477	951	1.000	280	480	913	1.000
1782	282	497	940	1.000	259	449	852	1.000

Fonte: F4(1777); F5(1782).

A análise comparativa das estruturas etárias entre as populações das vilas e aldeias de índios

e o restante da população, na Capitania do Ceará, onde a população aldeada apresenta maior expressão, visa detectar a sua provável interferência nos padrões demográficos gerais observados na Capitania.

Quadro nº 5.14

Comparação entre as Distribuições Etárias da Capitania do Ceará e de suas Aldeias de Índios

Estruturas Etárias Comparativas	Distribuição Etária Masculina (por 1.000 homens)					Distribuição Etária Feminina (por 1.000 mulheres)				
	0-7	7-15	15-60	60e+	Soma	0-7	7-14	14-50	50e+	Soma
1777										
Ceará	270	207	474	49	1.000	280	200	433	87	1.000
Ceará Exclusive Aldeias de Índios	243	200	516	41	1.000	273	205	436	86	1.000
Aldeias de Índios	333	203	391	72	1.000	301	185	426	89	1.000
1782										
Ceará	282	215	443	60	1.000	275	201	427	97	1.000
Ceará Exclusive Aldeias de Índios	257	229	453	61	1.000	257	215	435	93	1.000
Aldeias de Índios	370	166	408	56	1.000	339	152	399	110	1.000

Fonte: F4(1777); F5(1782). Inclui correção nas freguesias de Arronches (F4) e Icó (F5).

A análise comparativa das distribuições etárias entre as populações indígenas aldeadas no Ceará e o restante da população da Capitania mostra o seguinte:

- a estrutura etária da população feminina das aldeias não é estatisticamente diferente da população feminina do restante da população a um nível de significância de 5%;
- a estrutura etária da população masculina nas aldeias indígenas é estatisticamente diferente da estrutura etária da população da capitania exclusive a das aldeias de índios. Mostra maior concentração da população masculina abaixo de 15 anos nas aldeias de índios, e uma menor concentração da população masculina na faixa entre 15 e 60 anos. que evidencia distintos componentes demográficos afetando esse extrato da população, que parecem confirmar práticas sociais subjacentes às hipóteses já mencionadas
- forte concentração da população infantil, na faixa de até 7 anos de idade nas aldeias de índios, indicando uma maior taxa de natalidade nas mesmas, em relação ao restante da população.

5.5 *Natalidade, Mortalidade, Crescimento Vegetativo e Fecundidade*

Em seguida são analisados indicadores de natalidade, mortalidade, crescimento vegetativo e estimativa de fecundidade nas Capitânicas segundo as fontes F4(1777) e F5(1782).

As taxas brutas de natalidade e mortalidade, expressas por mil habitantes, foram calculadas com base na relação entre o número de nascimentos e óbitos ocorridos durante o ano do levantamento, e a população total no mesmo ano. A fecundidade foi estimada mediante a razão entre o número de mulheres na faixa de idade considerada fértil, de 14 a 50 anos, e o número de nascimentos ocorridos no mesmo ano. Relaciona o número de filhos que 1.000 mulheres, nesta faixa de idade, tiveram durante o ano de referência..

Convém observar que os censos setecentistas não incorporavam a mortalidade dos recém nascidos, rebaixando pois, a estimativa utilizada.

A razão de dependência é obtida através da seguinte expressão:

$$R_D = [15 < M < 60 + 14 < F < 50] \cdot 100 / [M < 15 + F < 14 + M > 60 + F > 50]$$

que explicita a relação entre adultos e a soma de crianças e velhos. O indicador expressa o número de adultos que amparam 100 velhos e crianças. Quanto menor a razão, maior a probabilidade de alta mortalidade infantil e ou de menor esperança de vida para os adultos.

É apresentado em seguida um conjunto de três quadros referenciados na fonte F4, (quadros 5.15 a 5.17) e de três quadros referenciados na fonte F5 (5.18 a 5.20). Cada conjunto expõe as taxas vitais correspondente a taxa bruta de natalidade, taxa bruta de mortalidade, taxa de crescimento vegetativo, número médio de filhos das mulheres entre 14 e 50 anos, e razão de dependência, para o total das Capitanias; para a População Indígena das Capitanias; e para a População Não Indígena das Capitanias. Esse dois conjuntos de quadros geram a base de análise demográfica comparativa entre as Capitanias e destacam a maior ou menor influência da população indígena nas suas composições.

Quadro 5.15

1777: Taxas de Natalidade, Mortalidade, Crescimento Vegetativo, Fecundidade e Razão de Dependência

Capitania	Taxa Bruta de Natalidade	Taxa Bruta de Mortalidade	Taxa de Cresc. Vegetativo	Filhos por Mil Mulheres de 14-50(2)	Razão de Dependência
Pernambuco	38,52	26,90	11,62	161	98
Paraíba	33,59	19,89	13,70	156	88
Rio Grande	40,66	15,73	24,93	194	89
Ceará (1)	43,67	18,57	25,10	213	83
Total (1)	37,39	23,85	13,54	164	94

Fonte: F4(1777). (1) As taxas não incluem os dados da freguesia de Arronches por apresentarem inconsistência. (2) Corresponde ao nº de nascimentos em 1776 por mil mulheres com mais de 14 e menos de 50 anos de idade.

De modo geral apresenta-se um quadro de elevada taxa de natalidade e mortalidade que caracterizam as estruturas demográficas arcaicas, onde o crescimento vegetativo é lento. Contudo diferenças apreciáveis podem ser contempladas a partir do comportamento das variáveis demográficas de cada Capitania que colocam em evidência traços de distintos componentes demográficos e práticas sociais subjacentes.

Algumas constatações podem ser feitas a priori. Outras necessitam ser mais evidenciadas.

A Capitania de Pernambuco e suas anexas mostra claramente um partição demográfica que coincide com os espaços da zona canavieira, escravista de Pernambuco e Paraíba, e a zona do sertão semi-árido onde localizam-se o Rio Grande e o Ceará. Contudo, tanto Pernambuco quanto a Paraíba apresentam parte de seu território dentro das mesmas características de Rio Grande e Ceará.

As taxas de natalidade, são inferiores em Pernambuco e Paraíba, as taxas de mortalidade são superiores, fazendo com que se exponha dois patamares distintos em termos de taxas de crescimento vegetativo, ao redor de 12 por mil para Pernambuco e Paraíba e de 25 por mil para Rio Grande e Ceará. Confirmando esta partição a média de filhos por mil mulheres em idade fértil é de 160 em Pernambuco e Paraíba e de 200 no Rio Grande e Ceará. A razão de dependência observada é menor em Pernambuco e Ceará, mas por motivos distintos. No Ceará pela menor expressão da sua população com mais idade, evidenciando um processo ainda recente de ocupação territorial no ano de 1776, em parte compensado pela maior composição de população em extratos de idade inferiores a 14 e 15 anos. A descontinuidade observada na estrutura etária da população masculina no Ceará, na faixa de idade entre 15 e 60 anos, deve contribuir para diminuir o numerador da razão de dependência. Este rebaixamento ou “buraco” na distribuição etária pode ter explicação tanto em fenômenos de caráter migratório, quanto em fenômenos vinculados à incidência de mortalidade afetando aquele extrato de população, que como foi analisado incide fortemente sobre a população das aldeias indígenas. Em Pernambuco a razão de dependência pode estar correlacionada com maior mortalidade, infantil, e de mais velhos ($M > 60$ e $F > 50$).

Dois aspectos são, contudo, centrais para a análise das diferenças demográficas entre

Pernambuco-Paraíba e Rio Grande - Ceará: a presença da população indígena, e a presença da população escrava, realimentada pelos aportes do tráfico.

Quadro 5.16

1777: Freguesias e Aldeias de Índios: Taxas de Natalidade, Mortalidade, Crescimento Vegetativo, Fecundidade e Razão de Dependência

Capitania	Taxa Bruta de Natalidade	Taxa Bruta de Mortalidade	Taxa de Cresc. Vegetativo	Filhos por Mil Mulheres de 14-50(2)	Razão de Dependência
Pernambuco	58,11	52,00	6,11	263	80
Paraíba	43,61	60,59	-16,98	176	104
Rio Grande	36,73	17,66	19,07	164	89
Ceará (1)	64,23	31,84	32,39	300	69
Total (1)	52,40	37,83	14,57	234	86

Fonte: F4(1777). (1) As taxas não incluem os dados da freguesia de Arronches por apresentarem inconsistência. (2) Corresponde ao nº de nascimentos em 1776 por mil mulheres com mais de 14 e menos do que 50 anos de idade.

Quadro 5.17

1777: Capitania de Pernambuco e Anexas Exclusive Freguesias e Aldeias de Índios: Taxas de Natalidade, Mortalidade, Crescimento Vegetativo, Fecundidade e Razão de Dependência

Capitania	Taxa Bruta de Natalidade	Taxa Bruta de Mortalidade	Taxa de Cresc. Vegetativo	Filhos por Mil Mulheres de 14-50(2)	Razão de Dependência
Pernambuco	37,75	25,91	11,84	157	99
Paraíba	32,46	15,31	17,15	154	86
Rio Grande	42,79	14,68	28,11	213	89
Ceará (1)	38,90	15,41	23,49	190	88
Total (1)	37,41	22,42	14,99	163	

Fonte: F4(1777). (1) As taxas não incluem os dados da freguesia de Arronches por apresentarem inconsistência. (2) Corresponde ao nº de nascimentos em 1776 por mil mulheres com mais de 14 e menos do que 50 anos de idade.

A fonte F4 assim como a F5, como já afirmamos, não caracterizam as populações negras e escravas nas capitanias. Quanto às populações indígenas, o destaque das aldeias e freguesias de índios permite estabelecer uma inferência da sua afetação nos padrões demográficos.

A influência demográfica da população indígena será sintetizada após a análise dos dados da fonte F5.

Quadro 5.18

1782: Taxas de Natalidade, Mortalidade, Crescimento Vegetativo e Fecundidade e Razão de Dependência

Capitania	Taxa Bruta de Natalidade	Taxa Bruta de Mortalidade	Taxa de Cresc. Vegetativo	Filhos por Mil Mulheres de 14-50 anos(*)	Razão de Dependência
Pernambuco (1)	37,49	28,20	9,29	160	96
Paraíba	30,78	18,22	12,56	148	82

Rio Grande	47,16	28,26	18,90	234	76
Ceará (2)	42,86	17,07	25,79	211	72
Total (3)	37,95	25,06	12,89	170	87

Fonte: F5(1782).(1) as taxas não incluem Porto Calvo por apresentar inconsistência (2) as taxas não incluem os dados da freguesia de Icó por apresentarem inconsistência. (3) as taxas médias não inclui em Icó (Ce) e Porto Calvo (Pe). (*) Corresponde ao nº de nascimentos em 1776 por mil mulheres com mais de 14 e menos do que 50 anos de idade.

Quadro 5.190

1782: Freguesias e Aldeias de Índios: Taxas de Natalidade, Mortalidade, Crescimento Vegetativo, Fecundidade e Razão de Dependência

Capitania	Taxa Bruta de Natalidade	Taxa Bruta de Mortalidade	Taxa de Cresc. Vegetativo	Filhos por Mil Mulheres de 14-50 anos(*)	Razão de Dependência
Pernambuco	56,86	32,78	24,08	267	76
Paraíba	47,72	40,20	7,52	190	104
Rio Grande	49,38	43,51	5,87	256	80
Ceará	60,18	19,63	41,17	301	68
Total	55,24	31,38	23,86	263	77

Fonte: F5(1782). (*) Corresponde ao nº de nascimentos em 1782 por mil mulheres com mais de 14 e menos do que 50 anos de idade.

Convém notar que ao excluir Arronches em 1777 as taxas do Ceará entre 1777 e 1782 ficam muito próximas. Fica claro também que a distorção nos dados de Arronches afeta exclusivamente a sua população feminina nas faixa de 14 a 50 anos. O mesmo tipo de observação é válido para Icó, Penedo e Porto Calvo, em 1782.

Quadro 5.20

1782: Capitania de Pernambuco e Anexas Exclusive Freguesias e Aldeias de Índios: Taxas de Natalidade, Mortalidade, Crescimento Vegetativo e Filhos por 1.000 Mulheres.

Capitania	Taxa Bruta de Natalidade	Taxa Bruta de Mortalidade	Taxa de Cresc. Vegetativo	Filhos por Mil Mulheres de 14-50 anos(*)
Pernambuco (1)	36,73	28,01	8,72	154
Paraíba	28,98	15,88	13,10	143
Rio Grande	45,98	20,27	25,71	224
Ceará (2)	36,89	16,21	20,68	181
Total	36,89	16,21	20,68	181

Fonte: F5(1782).

Em seguida são apresentados os quadros gerais de síntese (5.21 e 5.22) relativos às variáveis demográficas extraídas das fontes F4 e F5. Para cada Capitania componente da Capitania de Pernambuco foram reunidas as variáveis relativas a população global da Capitania (A), relativas ao destaque para as aldeias e freguesias de índios (B), relativas às freguesias e aldeias de não índios (C), que procura destacar a importância ou não das populações indígenas no âmbito das Capitânicas. Por fim, apenas para a Capitania de Pernambuco são apresentadas as variáveis demográficas calculadas a partir da seleção de um conjunto de freguesias onde havia destaque para a atividade canavieira e escravista (D).

Quadro 5.21

F4 - 1777: Síntese das Variáveis Demográficas Calculadas Para a Capitania de Pernambuco e Suas Anexas Referentes a. A= População Total B= População Indígena C= Exclusive População Indígena D= População de Freguesias na Zona Canaveira de Pernambuco

Variáveis Demográficas	Pernambuco				Paraíba			Rio Grande			Ceará		
	A	B	C	D	A	B	C	A	B	C	A	B	C
TBN	38,52	58,11	37,75	32,50	33,59	43,61	32,46	40,66	36,73	42,79	43,67	64,23	38,90
TBM	26,90	52,00	25,91	25,00	19,89	60,59	15,31	15,73	17,66	14,68	18,57	31,84	15,41
TBCV	11,62	6,11	11,84	7,50	13,70	-16,98	17,15	24,93	19,07	28,11	25,10	32,39	23,49
F/M 14-50	161	263	157	139	156	176	154	194	164	213	213	300	190
R.D.	98	80	99	98	88	104	86	89	89	89	83	69	88
R.M.	960	919	962	1.037	1.090	978	1.103	1.161	1.020	1.246	1.142	861	1.230

Fonte: F4

Quadro 5.22

F5 - 1782: Síntese das Variáveis Demográficas Calculadas Para a Capitania de Pernambuco e Suas Anexas. A= População Total B= População Indígena C= Exclusive População Indígena D= População de Freguesias na Zona Canaveira de Pernambuco

Variáveis Demográficas	Pernambuco				Paraíba			Rio Grande			Ceará		
	A	B	C	D	A	B	C	A	B	C	A	B	C
TBN	37,49	56,86	36,73	32,70	30,78	47,72	28,98	47,16	49,38	45,98	42,86	60,18	36,89
TBM	28,20	32,78	28,01	26,13	18,22	40,20	15,88	28,26	43,51	20,27	17,07	19,63	16,21
TBCV	9,29	24,08	8,72	5,97	12,56	7,52	13,10	18,90	5,87	25,71	25,79	41,17	20,68
F/M 14-50	160	267	154	138	148	190	143	234	256	224	211	301	181
R.D.	96	76	97	104	82	104	80	76	80	74	72	68	73
R.M.	1.025	919	1.029	1.033	1.205	1.020	1.227	1.015	1.098	973	1.014	931	1.037

Fonte: F5

TBN : Taxa Bruta de Natalidade

TBM : Taxa Bruta de Mortalidade

TBCV: Taxa Bruta de Crescimento Vegetativo

F/M14-50: Número de filhos por 1.000 mulheres entre 14 e 50 anos de idade

R.D. : Razão de Dependência

R.M. : Razão de Gênero, número de homens por 1.000 mulheres

5.6 - Análise da Influência da População Indígena na Demografia da Capitania de Pernambuco e Suas Anexas

A influência demográfica da população indígena no contexto demográfico da capitania de Pernambuco e suas anexas pode ser assim sintetizada a partir da análise das fonte F4 e F5, sendo que as poucas diferenças entre as duas fontes encontram-se assinaladas entre parênteses. As observações entre parênteses são relativas exclusivamente à fonte F4:

Em Pernambuco: é responsável por uma elevação discreta das taxas de natalidade e mortalidade com efeito neutro na taxa de crescimento vegetativo. Efeito positivo discreto na elevação do número de filhos por mulheres entre 14 e 50 anos. Conclusão, a presença da população indígena

não afeta as variáveis demográficas da capitania, reforçada pela sua pouca expressão em termos relativos no total da população (3,8%).

Na Paraíba: é responsável por uma elevação discreta da taxa de natalidade e por uma elevação mais intensa na taxa de mortalidade impondo uma resultante que rebaixa a taxa de crescimento vegetativo. Efeito positivo discreto na elevação do número de filhos por mulheres entre 14 e 50 anos. Conclusão, a presença da população indígena afeta as variáveis demográficas da capitania, rebaixando o seu crescimento vegetativo.

No Rio Grande: é responsável por uma elevação (queda) discreta da taxa de natalidade e por uma elevação mais intensa (também discreta) na taxa de mortalidade resultando numa queda da taxa de crescimento vegetativo. Efeito de expansão (rebaixador) do número de filhos por mulheres entre 14 e 50 anos. Conclusão, a presença da população indígena afeta as variáveis demográficas da capitania, rebaixando o seu crescimento vegetativo.

No Ceará: é responsável por uma elevação expressiva da taxa de natalidade e por uma elevação discreta (menos intensa) na taxa de mortalidade resultando num efeito líquido que eleva a taxa de crescimento vegetativo da população. A participação da população nas aldeias de índios é de cerca de 18 a 22% da população total da Capitania. É responsável igualmente pela elevação do número médio de filhos por mil mulheres entre 14 e 50 anos de idade. Conclusão, a presença da população indígena afeta as variáveis demográficas da capitania, sendo responsável pelo nível mais elevado da taxa de crescimento vegetativo. Este aspecto é reforçado pela expressão relativa da população indígena na capitania. Portanto, no Ceará concentra-se a maior importância e efeito demográfico da população indígena em relação às demais capitanias de Pernambuco.

As freguesias de índios apresentam pois taxas de natalidade sensivelmente mais elevadas, em todas as Capitanias, do que as freguesias que não são de índios. As taxas natalidade de Pernambuco e Ceará são próximas. As taxas de mortalidade também são mais elevadas nas freguesias de índios, mas nem sempre apresentam uma resultante semelhante em termos de sua influência no comportamento do crescimento vegetativo das capitanias. Contudo, a Capitania do Ceará apresenta uma taxa de mortalidade muito inferior às demais Capitanias e bastante próxima da taxa encontrada para as freguesias que não são de índios. A fertilidade expressa em número de filhos por mil mulheres entre 14 e 50 anos é também sempre mais elevada nas freguesias de índios. A razão de masculinidade é bastante inferior. A razão de dependência é baixa e inferior a 100 evidenciando a existência de menos do que um adulto para amparar uma criança ou velho. O destaque em relação a estas estruturas demográficas envolvendo a população indígena, que parecem consistentes, é a baixa taxa de mortalidade encontrada no Ceará, e que vai interferir de forma positiva e decisiva na taxa de crescimento vegetativo da Capitania, muito superior à taxa de crescimento das demais Capitanias.

Resta explicar o porquê da menor taxa de mortalidade observada no Ceará. Algumas hipóteses podem ser aventadas mas necessitam ser comprovadas pela pesquisa histórica. Dentre elas pode se fazer referência a:

- maior disponibilidade de alimentos, face a produção de subsistência, que preservou a cultura alimentar indígena, num ambiente onde a produção para a exportação não teve importância, até o final do século XVIII. A Fonte F2 faz referências a produção excedente de alimentos em algumas regiões do Ceará, notadamente no Cariri. Esta argumentação, serviria para anular a existência de uma correlação positiva entre mortalidade e razão de dependência.
- a interferência de uma razão de masculinidade significativamente mais elevada, na região canavieira, era esperada, a partir da maior presença de escravos e de dependência do tráfico. No entanto não foi possível constatar a partir das fontes F4 e F5, essa maior razão de masculinidade o suficiente para alterar padrões demográficos globais das Capitanias de Pernambuco e Paraíba. Na região canavieira de Pernambuco constatou-se contudo a maior taxa de mortalidade da população da Capitania e Anexas, e um nível um pouco mais elevado da razão de gênero.

6 - Conclusões Gerais

A população do Brasil era estimada em 1766 como sendo da ordem de 1.500.000 habitantes (Thomas Ewbank). Com base nesta estimativa, a população da Capitania de Pernambuco e suas Anexas que era de 169.582 em 1762-63, corresponderia a aproximadamente 14% da população em 1766. Para o ano de 1776, existem três estimativas populacionais para o Brasil: a de Dauril Alden de

1.788.480; a do Abade Correa da Serra de 1.900.000 e a de Gígio Mortara, de 2.700.000. Em torno dessas estimativas persiste a questão do dimensionamento da população indígena. A população da Capitania de Pernambuco segundo a fonte F4, ajustada e corrigida, no ano de referência de 1777 era de 373.137 habitantes. Corresponhia a cerca de 21% da população da Colônia, se tomada por base a estimativa média de Dauril Alden; 20% perante a estimativa do Abade Correa da Serra e aproximadamente 14% segundo a estimativa de Mortara. A estimativa de Mortara recompõe a mesma participação relativa da Capitania de Pernambuco, calculada para o ano de 1766. Mortara interpola no período de 1770 a 1800 uma taxa geométrica de crescimento pouco superior a 1,27% ao ano. Alden estimará uma taxa geométrica de crescimento inferior, de cerca de 1,18% a.a. Essas taxas incorporam tanto o crescimento vegetativo como a resultante migratória líquida.

O crescimento populacional da Capitania de Pernambuco e suas Anexas entre o ano de 1762-63 (F1) e o ano de 1782 (F5) apresentou uma taxa ao redor de 4,0% e 4,3% a.a. no período, bem superior portanto às taxas calculadas para a Colônia. Nesse sentido a Capitania de Pernambuco deveria estar recebendo um saldo migratório forte, proveniente tanto do exterior, através do tráfico e colonização, quanto da resultante de movimentos populacionais inter-Capitanias. A decomposição das taxas de crescimento relativas às Capitanias que compunham Pernambuco permite captar a existência de movimentos populacionais migratórios afetando Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará.

Decomposição das Taxas de Crescimento Populacional da Capitania de Pernambuco e suas Anexas, Segundo a Componente Vegetativa e de Saldos Migratórios (em %)

Capitanias	G77/62	TBCV77	A	B	G82/62	TBCV82	A	B
Pernambuco	6,77	1,16	17	83	5,33	0,93	17	83
Paraíba	1,80	1,37	76	24	1,55	1,26	81	19
Rio Grande	0,29	2,49	100	(88)	0,11	1,89	100	(94)
Ceará	8,39	2,51	30	70	6,82	2,58	38	62

Fonte dos Dados Primários: F4 e F5, Quadro 5.4

A: Componente do crescimento populacional explicado pelo crescimento vegetativo

B: Componente do crescimento populacional explicado pelo saldo migratório positivo ou negativo

G: Taxa de crescimento geométrico médio anual da população no período indicado

TBCV: Taxa Bruta de Crescimento Vegetativo no ano indicado

A taxa geométrica de crescimento em cada período incorpora tanto o crescimento vegetativo quanto o saldo migratório. A taxa bruta de crescimento vegetativo, é uma medida instantânea (anual), que incorpora tanto na avaliação da TBN quanto na TBM o saldo migratório daquele ano. A TBCV incorpora a componente migratória residual no ano de referência que está sendo desprezada para efeito de análise de decomposição do crescimento populacional das Capitanias em termos da componente vegetativa e da componente imigratória ou emigratória. As fontes F4 e F5 colocam em evidência um mesmo perfil dessas componentes desagregadas por Capitania. Pernambuco apresenta o seu crescimento populacional fortemente resultante da componente de saldo migratório positivo, que explica 83% de seu crescimento. Por se constituir a cabeça de uma das principais Capitanias da Colônia, é certo que grande parte desta componente migratória é proveniente do exterior, seja através da cobertura do tráfico, seja através da recepção de colonização portuguesa. Na Paraíba essas componentes se invertem. Cerca de 76 a 81% (nos dois anos observados), da componente de crescimento vegetativo explica o seu crescimento populacional, enquanto 24 a 19% respectivamente é explicado por saldo migratório líquido, o qual, neste caso, pode ter tido a sua constituição tanto do recebimento de emigração externa, quanto interna da Capitania de Pernambuco e outras. O Rio Grande apresenta uma TBCV maior do que a taxa de crescimento populacional, colocando em evidência que a capitania é perdedora de população, o que explicaria o patamar quase constante de sua população entre 1762-63 até 1777 e 1782. O Rio Grande provavelmente perde população para a Paraíba, inclusive através da transferência de freguesias, e para o Ceará. Já o Ceará apresenta ganhos populacionais explicados tanto pelo crescimento vegetativo, que explica cerca de 30 a 38% deste crescimento, quanto pelo crescimento resultante da incorporação de ganhos líquidos de saldos migratórios internos à Capitania de Pernambuco como provavelmente de outras Capitanias como da Bahia e Piauí, explicando cerca de 70% deste crescimento. O Ceará configura-se no século XVIII como fronteira

aberta para a pecuária, tendo por base a agricultura de subsistência, e teria no final do século a incorporação de seu território dentro da órbita mercantil da agricultura algodoeira, projetando-se enquanto a quinta, ou sexta Província em tamanho de população no século seguinte.

Do ponto de vista do interesse analítico, o que se evidencia é a importância da afetação demográfica distinta incidente sobre a região canavieira, com maior presença da escravidão, em Pernambuco e Paraíba, e sobre a região do Ceará e Rio Grande, com maior ênfase numa economia subsidiária da economia mercantil e exportadora colonial, onde a maior presença da população indígena evidencia padrões demográficos bastante distintos. Numa formação social caracterizada por escravização mercantil e colonização portuguesa, a população masculina foi preponderante. A componente indígena, até o contato era balanceada demograficamente, na sua relação de gênero, e após o contato, dizimada, provavelmente, passou a ter preponderância feminina, e portanto uma influência importante no vetor de crescimento populacional da Colônia. As práticas sociais a que estiveram submetidas as populações indígenas após o contato constituem parte integrante deste processo de crescimento.

O destaque encontra-se voltado para a importância das formas de trabalho, onde a escravidão não foi preponderante, mas outras formas de trabalho compulsório se concretizaram e se cristalizaram sem as amarras e vinculações diretas aos mecanismos mercantilistas. Neste caso, estamos diante da presença das populações indígenas no século XVIII e adentrando pelo século XIX, e que devem servir de embasamento a qualquer análise e entendimento da questão do trabalho no “semi-árido”. Trata-se de uma perspectiva de pesquisa ainda em aberto. Perante o quadro simulado imposto pela Coroa Portuguesa tanto da proibição da escravização indígena, quanto da imposição de remuneração do trabalho a soldo estipulado, que certamente atendia aos interesses da Coroa, dos proprietários e pressões do capital traficante, estrutura-se toda uma rede de trabalho compulsório dissimulado. Dissimulado porém efetivo, presente nos atos que proibiam aos índios comerciar e abater gado, excluindo-os da tradicional participação na quarta existente na criação, de comerciar o pescado, de se restringirem ao aglomerado das vilas e freguesias de índios, colocados à disposição da Coroa e dos moradores, para trabalhar por soldo, numa economia sabidamente pouco ou nada monetizada. Os aspectos econômicos e políticos cristalizados na negação e restrição de acesso à terra sob intensa tutela de ordens religiosas, do Estado, bem como os aspectos culturais, formadores da aptidão para o trabalho, e também da recusa ao trabalho, como forma de resistência à sua compulsoriedade, e que irão aparecer de forma mais visível no transcorrer do século XIX, como “casos de polícia”, referenciados por Porto Alegre, colocam em evidência características próprias, socialmente construídas, de um complexo e obscuro processo de formação de relações sociais de produção e dominação, mais para além, a oeste da escravidão mercantil.

Bibliografia

Fontes Primárias

- “Mappa Geral dos Fogos, Filhos, Filhas, Clérigos, Pardos, Forros, Agregados, Escravos, Escravas, Capelas, Almas, Freguesias, Curatos e Vigários; com declaração do que pertence a cada termo, total de cada comarca, e geral de todas as capitanias de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande e Siará; extraído no estado em que se achava no anno de 1762 para 1763; sendo Governador e Capitam General das sobreditas capitanias Luiz Diogo Lobo da Silva”. 8 pranchas, Mss. B.N.R.J. Cod.3.1.38
- “Ideia da População da Capitania de Pernambuco e das suas annexas, Extensão de Suas Costas, Rios e Povoações Notáveis, Agricultura, Numero de Engenhos, Contractos e Rendimentos Reaes, Augmento que Estes Tem Tido Desde o Anno de 1774 Em Que Tomou Posse do Governo das Mesmas Capitanias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes”. Anais B.N.R.J. v.XL, 1918.
- “Relação de Todas as Igrejas Parochiaes que Pertencem ao Bispado de Pernambuco dividido em Capitanias: as Distancias das Freguesias, suas Capellas alem das Matrizas, o Numero de Sacerdotes, que nellas existem, alem dos parochos, seos fogos e as pessoas de dezobriga, por mandato de El Rey Nosso senhor. D. Thomaz, Bispo de Olinda, 19 de Fevereiro de 1777. A.H.U. Caixa de Pernambuco nº 65.
- “Mappa Que Mostra o Numero dos Habitantes das Quatro Capitanias Deste Governo, a Saber, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ciará”. Recife 30 de Setembro de 1777, 1 prancha, A.H.U., Caixa de Pernambuco nº 70.

- “Mappa dos Habitantes da Comarca de Pernambuco Dividida pelas Classes Abaixo em Virtude da Ordem de Sua Majestade”. Extraído das Relações dos Parochos ao redor do ano de referência de 1782, in “Ideia de População...” Anais B.N.R.J. v.XL, 1918.

- “Idéa da População da Capitania de Pernambuco”, José César de Menezes, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, vol XL.

Fontes Secundárias

ALDEN, Dauril - *The Population of Brazil in the Eighteenth Century: A Preliminary Study*, HAHR, v. XLIII, p. 173-205, 1963.

BRAZIL, Thomaz Pompeu de Souza - *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, Typografia Brasileira de Paiva & Cia., Ceará, 1858-1863.

COSTA, Iraci del Nero da - *Apontamentos para a História da Demografia Histórica no Brasil*, FEA-IPE-USP, 1986, mimeo.

COSTA, Iraci del Nero da - *Reflexões Sobre os Rumos da Demografia Histórica no Brasil*, FEA-IPE-USP, 1989, mimeo.

COSTA, Iraci del Nero da - *Arraia Miúda: Um Estudo Sobre os Não Proprietários de Escravos no Brasil*, Tese de Livre Docência, Departamento de Economia, USP, 1990, S.Paulo.

COSTA, Iraci del Nero da - *Notas Sobre Contribuições Metodológicas à Demografia Histórica Brasileira* - IPE-FEA-USP, 1989, mimeo.

FIBGE - Estatísticas Históricas do Brasil - v. 3, 1987, R. Janeiro.

GIRÃO, Raimundo - *História Econômica do Ceará*, Instituto do Ceará, 1947 Fortaleza.

GOULART, Maurício - *A Escravidão Africana no Brasil: Das Origens à Extinção do Tráfico* S.Paulo, Martins Fontes, 1949.

KLEIN, Herbert S. - *A Demografia do Tráfico de Escravos para o Brasil*, in Estudos Econômicos, IPE-USP, nº 17, v. 2, 1987, p 129-149.

LEMENHE, Maria Auxiliadora - *A Economia Pastoril e as Vilas Coloniais no Ceará*, Revista Ciências Sociais, Fortaleza, UFC, vol. 12, 13; 1981-2.

LISANTI Filho, L. e **MARCÍLIO**, M. L. - *Problèmes de l'Histoire Quantitative du Brésil de 1880 a 1930*, Paris, CNRS, 1973.

MARCÍLIO, Maria Luiza - *A População do Brasil em Perspectiva Histórica*, in *Brasil História Econômica e Demográfica*, org. Iraci del Nero da Costa, IPE-USP, 1986, S. Paulo.

MARCÍLIO, Maria Luiza - *A Cidade de S. Paulo: povoamento e população (1750-1850)*, Editora EDUSP, 1974, S. Paulo.

MARCÍLIO, Maria Luiza- *Demografia Histórica: Orientações técnicas e metodológicas*, Pioneira, 1977 S. Paulo.

MARCÍLIO, Maria Luiza - *Levantamentos Censitários da Fase Proto- Estatística do Brasil*, in Anais de História, Assis, II, p. 63-75.

MENEZES, Barba Alardo de - *Memória Sobre a Capitania do Ceará*, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), XXXIV, 1871.

MERRICK, T.W. e **GRAHAN**, D.H. - *População e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, Zahar, R de Janeiro, cap. 4, 1981.

MORTARA, Giorgio - *Sobre a Utilização do Censo Demográfico para a Reconstrução das Estatísticas do Movimento da População no Brasil*, in Revista Brasileira de Estatística, IBGE, ano II,III(5), jan./mar., 1941.

MOTT, Luiz R.B. - *Branços, pardos pretos e índios em Sergipe 1825-1830*. Anais de História, S. Paulo, FFCL Assis, 6:139-184.

MOTT, Luiz R.B. - *Estrutura Demográfica das Fazendas de Gado do Piauí Colonial - um caso de povoamento rural centrífugo*, in *Ciência e Cultura*, SBPC, S.Paulo, 30(10); 1156-1210.

MOTT, Luiz R.B. - *Descrição da Capitania de S. José do Piauí, 1772*. *Revista de História* (112) p. 544-574.

PAULET, Antonio Jozé da Silva - *Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará*, RIHGB, LX, 1897, p. 75-102.

PERDIGÃO MALHEIROS, A. Marques - *A Escravidão no Brasil: Revisão Histórico-jurídica social*, 2 vols. Cultura, 1944, S.Paulo.

PINHEIRO, Francisco José - *A Organização do Mercado de Trabalho no Ceará (1850-1880)*, mimeo, Recife, 1990.

PORTO ALEGRE, M.S.; **MARIZ**, Marlene da Silva; **DANTAS**, Beatriz Góis - *Documentos Para a História Indígena no Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe*, NHII-USP e FAPESP, 1994, S. Paulo

PORTO ALEGRE, M.S. - *Fontes Inéditas Para a História Indígena no Ceará*, NEPS-UFC, Série Estudos e Pesquisa nº 20, 1992, Fortaleza.

PORTO ALEGRE, M.S. - *Aldeias Indígenas e Povoamento do Nordeste no Final do Século XVIII: Aspectos Demográficos da "Cultura de Contato"*, in *Ciências Sociais Hoje*, 1993, org. Eli Diniz et alii, Hucitec-ANPOCS, Anais de Antropologia, Política e Sociologia, 1993, S.Paulo.

RESUMO HISTÓRICO dos Inquéritos Censitários Realizados no Brasil, in vol I - *Introdução ao Recenseamento do Brasil de 1920*, Directoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, 1922, edição facsimilada, IPE-USP, 1986, S. Paulo.

RIBEIRO Jr., José - *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro: A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759 - 1780*. Hucitec, 1976, S.Paulo.

RIBEIRO Jr., José - *Subsídios para o Estudo da Geografia e Demografia Históricas do Nordeste Brasileiro*", in *anais de História*, Assis, II, p. 149-157.

SCHWARTZ, Stuart B. - *A População Escrava na Bahia, in Brasil: História Econômica e Demografia*, p.37-76, org. Iraci del Nero da Costa; IPE-USP, S. Paulo, 1986.

SCHWARTZ, Stuart B. - *Segredos Internos*, Cia. das Letras, 1989, S.Paulo.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e - *Investigações Sobre os Recenseamentos da População Geral do Império e de Cada Província de Per - Si Tentados desde os Tempos Coloniais Até Hoje*, 1870, edição facsimilada, IPE-USP, 1986, S.Paulo.

SMITH, Roberto - *Propriedade da Terra e Transição*, Editora Brasiliense, S. Paulo, 1990.

SMITH, Roberto - *Terra e Trabalho na Formação Regional do Nordeste*, in *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*, Anpur, Editora Hucitec, S.Paulo, 1993.